

tituída não poderia preencher sua finalidade. Portanto, temos inteira razão de pensar que encontramos na construção de signos a partir de um número bem restrito de figuras um traço essencial e fundamental da estrutura da linguagem.

As línguas não poderiam ser descritas como simples sistemas de signos. A finalidade que lhes atribuímos por suposição faz delas, antes de mais nada, sistemas de signos; mas, conforme sua estrutura interna, elas são sobretudo algo de diferente: sistemas de figuras que podem servir para formar signos. A definição da linguagem como sistema de signos não resiste, portanto, a uma observação mais profunda. Esta definição só presta contas das funções externas da linguagem, das relações da língua com seus fatores extralingüísticos, e não de suas funções internas.

13. Expressão e Conteúdo

Até aqui, mantivemo-nos apegados à antiga tradição segundo a qual um signo é, antes de mais nada, signo de alguma coisa. Essa é a concepção corrente à qual nos conformamos, e é também uma concepção amplamente difundida em epistemologia e lógica. No entanto, queremos demonstrar agora que, do ponto de vista lingüístico, ela é insustentável; aliás, sob este aspecto estamos de acordo com as teorias lingüísticas modernas.

Segundo a teoria tradicional, o signo é a *expressão* de um *conteúdo* exterior ao próprio signo; pelo contrário, a teoria moderna (formulada em particular por F. de Saussure e, a seguir, por Leo Weisberger¹) concebe o signo como um todo formado por uma expressão e um conteúdo.

É o critério de adequação que deve decidir sobre a escolha entre as duas concepções. Para tanto, deixaremos, por ora, de falar em signos pois, não sabendo o que são, procuramos defini-los, a fim de falar daquilo cuja existência constatamos, isto é, a *função semiótica*, situada entre duas grandezas: *expressão* e *conteúdo*. É partindo dessa consideração fundamental que poderemos decidir se é adequado considerar a função semiótica como uma função externa ou interna da grandeza que chamamos de signo.

Adotamos os termos *expressão* e *conteúdo* para designar os fúntivos que contraem a função em questão, a função

1. WEISBERGER, Leo. *Germanisch-romanische Monatsschrift*, 1927, XV, p. 161 e s. *idem*, *Indogermanische Forschungen*, 1928, XXXVI, p. 310 e s.; *idem* *Muttersprache und Geistesbildung*, Göttingen, 1929.

semiótica; esta é uma concepção puramente operacional e formal e, nesta ordem de idéias, nenhum outro significado é atribuído aos termos *expressão* e *conteúdo*.

Sempre haverá solidariedade entre uma função e (a classe de) seus funtivos: não se pode conceber uma função sem seus termos que não passam, estes, de pontos extremos dessa função e, por conseguinte, inconcebíveis sem ela. Se uma única e mesma grandeza contrai alternativamente diversas funções diferentes, e parece poder ser concebida como selecionada por essas funções, mesmo assim não se tem aí um único funtivo mas sim vários, que se transformam em objetos diferentes segundo a função a partir da qual são considerados. De um outro ponto de vista, isso não impede que se possa falar de "mesma" grandeza, por exemplo quando se consideram as funções que dela participam (que são contraídas por suas partes) e a estabelecem. Se várias séries de funtivos contraem uma única e mesma função, isso quer dizer que há solidariedade entre a função e o conjunto desses funtivos; conseqüentemente, cada funtivo seleciona a função.

Também há solidariedade entre a função semiótica e seus dois funtivos: expressão e conteúdo. Não poderá haver função semiótica sem a presença simultânea desses dois funtivos, do mesmo modo como nem uma expressão e seu conteúdo e nem um conteúdo e sua expressão poderão existir sem a função semiótica que os une.

A função semiótica é, em si mesma, uma solidariedade: expressão e conteúdo são solidários e um pressupõe necessariamente o outro. Uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão. Do mesmo modo, é impossível existir (a menos que sejam isolados artificialmente) um conteúdo sem expressão e uma expressão sem conteúdo. Se se pensa sem falar, o pensamento não é um conteúdo lingüístico e não é o funtivo de uma função semiótica. Se se fala sem pensar, produzindo séries de sons sem que aquele que os ouve possa atribuir-lhes um conteúdo, isso será um abracadabra e não uma expressão lingüística, e tampouco será o funtivo de uma função semiótica. Evidentemente, não se deve confundir ausência de conteúdo com ausência de sentido: o conteúdo de uma expressão pode perfeitamente ser caracterizado como desprovido de sentido de um ponto de vista qualquer (por exemplo, o da lógica normativa ou do fisicalismo) sem com isso deixar de ser um conteúdo.

Se se deixasse na análise do texto, de considerar a função semiótica, não se poderia delimitar os signos, e não se

poderia de modo algum proceder a uma descrição exaustiva do texto — e, por conseguinte, tampouco uma descrição empírica no sentido que aqui lhe atribuímos — respeitando as funções que o estabelecem (cf. Cap. 9). Em suma, não teríamos um critério objetivo que pudesse ser utilizado como base para a análise.

Com o objetivo de precisar a natureza da função semiótica, Saussure aventurou-se a considerar a expressão e o conteúdo, tomados separadamente, sem se ocupar com a função semiótica. Eis ao que ele chegou:

Considerado em si mesmo, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não há idéias preestabelecidas, e nada se distingue antes do aparecimento da língua... A substância fônica não é nem mais fixa nem mais rígida; não é um molde cujas formas o pensamento deva necessariamente tomar, mas sim uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas a fim de fornecer os significantes de que o pensamento necessita. Portanto, podemos representar (...) a língua (...) como uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das idéias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons (...); a língua elabora suas unidades ao constituir-se entre duas massas amorfas (...) esta combinação produz uma forma, não uma substância².

Mas esta experiência pedagógica, por mais feliz que seja sua formulação, na realidade não tem sentido, e o próprio Saussure deve tê-lo imaginado. Numa ciência que evita qualquer postulado não necessário, nada autoriza que se faça preceder a língua pela "substância do conteúdo" (pensamento) ou pela "substância da expressão" (cadeia fônica) ou o contrário, quer seja numa ordem temporal ou numa ordem hierárquica. Se conservamos a terminologia de Saussure, temos então de nos dar conta — e justamente a partir de seus dados — de que a substância depende exclusivamente da forma e que não se pode, em sentido algum, atribuir-lhe uma existência independente.

Uma experiência que, contrariamente, parece justificada, consiste em comparar diferentes línguas e daí extrair, a seguir, aquilo que há de comum em todas elas, seja qual for o número de línguas que se esteja considerando. Se se procede a uma abstração do princípio de estrutura propriamente dito, que comporta a função semiótica e todas as funções que dela se pode deduzir — princípio que, enquanto tal, é naturalmente comum a todas as línguas, mas cuja execução é diferente em cada uma delas — descobre-se que esse fator comum é uma grandeza que só se define pela função que a une ao princípio de estrutura da língua e a todos os

fatores que fazem com que as línguas se distingam umas das outras. A este fator comum chamaremos sentido.

Podemos ver assim que, em diferentes línguas, as cadeias,

<i>jeg véd det ikke</i>	(dinamarquês)
<i>I do not know</i>	(inglês)
<i>je ne sais pas</i>	(francês)
<i>en tiedä</i>	(filandês)
<i>naluvara</i>	(esquimó)

apesar de todas as diferenças, têm um fator comum: o sentido, o mesmo pensamento que, assim considerado, apresenta-se provisoriamente como uma massa amorfa, uma grandeza não analisada, definida apenas por suas funções externas, isto é, por sua função contraída com cada uma das proposições citadas. Seria possível pensar que o sentido é analisável a partir de vários pontos de vista, e que análises diferentes podem fazê-lo surgir como outros tantos objetos diferentes. Seria possível, por exemplo, analisá-lo de um ponto de vista lógico qualquer ou de um ponto de vista psicológico qualquer. Percebe-se que ele deve ser analisado de um modo particular em cada uma dessas línguas, coisa que só podemos compreender do seguinte modo: o sentido é ordenado, articulado, formado de modo diferente segundo as diferentes línguas:

em dinamarquês, tem-se inicialmente *jeg* (eu), a seguir *véd* (sei — presente do indicativo), a seguir um objeto, *det* (o) e enfim a negação, *ikke*;

em inglês, tem-se de início “eu”, a seguir um conceito verbal que não tem existência autônoma na proposição dinamarquesa, a seguir a negação e finalmente o conceito “saber” (mas nada que corresponda a “sei”, e nenhum objeto);

em francês, tem-se de início *eu* seguido por uma espécie de negação (que, no entanto, é algo bem diferente das negações dinamarquesa e inglesa, pois nem sempre ela tem o sentido de negação), a seguir *sei* e um outro signo curioso que é às vezes chamado de negação mas que também pode significar “um passo”; tal como em inglês, não há objeto;

em finlandês, vem de início um verbo que significa “eu-não” (ou, mais exatamente, “não-eu”, com o signo para “eu” vindo em segundo lugar; nesta língua, a negação é um verbo que assume as marcas da pessoa e do número: *en* “eu-não”, *et* “tu-não”, *ei* “ele-não”, *emme* “nós-não”

etc.), a seguir o conceito “saber” sob uma forma que pode significar o imperativo em outras combinações; aqui ainda não há objeto;

em esquimó, tem-se “não-sabendo-sou-eu-isso”, isto é, um verbo derivado de *nalo* “ignorância” com sufixos de primeira pessoa, sujeito, e de terceira pessoa, objeto³.

Vemos, portanto, que o sentido “não-formado” que se pode extrair dessas cadeias lingüísticas assume uma forma de modo diferente em cada língua. Cada uma dessas línguas estabelece suas fronteiras na “massa amorfa do pensamento” ao enfatizar valores diferentes numa ordem diferente, coloca o centro de gravidade diferentemente e dá aos centros de gravidade um destaque diferente. É como os grãos de areia que provêm de uma mesma mão e que formam desenhos diferentes, ou ainda como a nuvem no céu que, aos olhos de Hamlet, muda de forma de minuto a minuto. Assim como os mesmos grãos de areia podem formar desenhos dessemelhantes e a mesma nuvem pode assumir constantemente formas novas, do mesmo modo é o mesmo sentido que se forma ou se estrutura diferentemente em diferentes línguas. São apenas as funções da língua, a função semiótica e aquelas que dela decorrem, que determinam sua forma. O sentido se torna, a cada vez, substância de uma nova forma e não tem outra existência possível além da de ser substância de uma forma qualquer.

Portanto, constatamos no *conteúdo* lingüístico, em seu processo, uma forma específica, a forma do conteúdo, que é independente do *sentido* com o qual ela se mantém numa relação arbitrária e que ela transforma em substância do conteúdo.

Vê-se, sem dificuldade, que isso é igualmente válido para o *sistema* do conteúdo. Pode-se dizer que um paradigma numa língua e um paradigma correspondente numa outra língua podem abranger uma mesma zona de sentido que, destacada dessas línguas, constitui um contínuo amorfo e não analisável no qual as fronteiras se colocam apenas através da formação das línguas.

Por trás dos paradigmas que, nas diferentes línguas, são formados pelas designações de cores, podemos, por subtração das diferenças, isolar um tal contínuo amorfo: o espectro das cores no qual cada língua estabelece arbitrariamente suas fronteiras. Enquanto que essa zona de sentido se

3. Fizemos abstração do fato de que o mesmo sentido também pode, em algumas dessas línguas, assumir a forma de cadeias lingüísticas bastante diferentes: em francês *je l'ignore*, em esquimó *asuk* ou *asukiak* (derivado de *aso* que significa mais ou menos “basta!”).

forma, no todo, mais ou menos do mesmo modo nas principais línguas da Europa moderna, não é difícil encontrar em outros lugares formações diferentes. Em galês, “verde” é em parte *gwyrd* e em parte *glas*, “azul” corresponde a *glas*, “cinza” é ora *glas*, ora *llwyd*, “marrom” corresponde a *llwyd*; o que significa que o domínio do espectro recoberto pela palavra portuguesa *verde* é, em galês, atravessado por uma linha que leva uma parte desse mesmo domínio para o domínio coberto pelo português *azul*, e que a fronteira que a língua portuguesa traça entre verde e azul não existe em galês; a fronteira que separa azul e cinza também lhe falta, assim como aquela que, em português, opõe cinza e marrom; em compensação, o domínio representado em português por cinza é, em galês, dividido em dois, de tal modo que a metade se relaciona com a zona do português azul e a outra metade à do marrom. Um quadro esquemático permite perceber de imediato a não concordância entre as fronteiras:

<i>verde</i>		<i>gwyrd</i>
<i>azul</i>		
<i>cinza</i>		<i>glas</i>
<i>marrom</i>		<i>llwyd</i>

Também o latim e o grego são, neste domínio, diferentes das principais línguas européias modernas. A gama de “claro” para “escuro” que, em várias línguas, se divide em três regiões: *branco*, *cinza*, *preto*, é dividida, em outras línguas, num número diferente de regiões, seja pela supressão da região média cinza, seja, pelo contrário, por uma subdivisão mais detalhada dessa mesma zona.

Os paradigmas dos morfemas fazem surgir uma situação semelhante. A zona do número é analisada de diferentes maneiras, conforme as línguas distingam apenas um singular e um plural ou conforme acrescentam a estes um dual (como o grego antigo e o lituano) ou mesmo um paucal, quer se trate apenas de um trial (como na maioria das línguas da Melanésia, em Sañir, língua indonésia ocidental falada nas ilhas entre Mindanao e Celebes, e em certos dialetos do kulin, língua do sul da Austrália) ou um quadral (como na língua micronésia das ilhas Gilbert). A zona temporal é analisada de modo diferente, de um lado nas línguas que (com exceção das perífrases) têm apenas um pretérito e um presente (como o dinamarquês) e onde o presente cobre o domínio daquilo que é futuro em outras línguas e, de outro lado, nas línguas que estabelecem uma

fronteira entre o presente e o futuro; a formação é ainda diferente nas línguas que, (como o latim, grego antigo e português) distinguem várias formas de pretérito.

Esta ausência de concordância no interior de uma mesma zona de sentido encontra-se em toda parte. Compare-se, por exemplo, as seguintes correspondências entre o dinamarquês, o alemão e o francês:

	<i>Baum</i>		<i>arbre</i>
	<i>Holz</i>		<i>bois</i>
<i>trae</i>			
<i>skov</i>			

Podemos disto concluir que a função semiótica institui uma forma em um de seus fúntivos, a saber o conteúdo, a *forma do conteúdo* que, do ponto de vista do sentido, é arbitrária, e explicável apenas pela função semiótica de que ela é manifestamente solidária. É neste sentido que Saussure tem razão, evidentemente, ao distinguir entre forma e substância.

Pode-se fazer a mesma observação a respeito do segundo fúntivo da função semiótica, a expressão. Tal como a zona das cores e as zonas dos morfemas se subdividem diferentemente nas línguas uma vez que cada língua tem seu número de palavras para exprimir as cores, seu número de números, seu número de tempos etc., de tal modo que uma comparação das línguas faz surgir zonas no campo fônico, zonas que se subdividem diferentemente conforme as línguas. Pode-se pensar, por exemplo, num domínio fonético-fisiológico do qual se pode dar uma representação especial de várias dimensões, e que se apresenta como um contínuo não analisado mas analisável como, por exemplo, na base do sistema de fórmula “antalfabéticas” de Jespersen. Numa tal zona amorfa encaixam-se arbitrariamente figuras (fonemas) em número variável segundo as línguas, uma vez que as fronteiras se estabelecem em diferentes lugares do contínuo. É o que acontece como o contínuo definido pelo perfil mediano da parte superior da boca, da faringe aos lábios; nas línguas que nos são familiares, esta zona se subdivide em três regiões: uma região posterior *k*, uma região média *t* e uma região anterior *p*; se nos atemos às oclusivas, vemos no entanto que o esquimó e o letão distinguem duas regiões de *k* cuja fronteira é diferente nessas línguas. O esquimó situa-a entre uma região uvular e uma região velar, o letão entre uma região velar e uma região pa-

lato-velar; inúmeras línguas hindus distinguem duas regiões de *t*, uma retroflexa e uma dental etc. Um outro contínuo evidente é fornecido pela zona vocálica. O número de vogais varia de uma língua para outra, pois suas fronteiras são estabelecidas de modo diverso. O esquimó distingue apenas uma região *i*, uma região *u* e uma região *a*; na maioria das línguas, a primeira se decompõe em uma região *i* mais estreita e uma região *e*; a segunda em uma região *u* mais estreita e uma região *o*; em várias línguas, cada uma dessas regiões pode ser abrangida por uma linha que separa as vogais arredondadas (*y*, \emptyset ; *u*, *o*) das que não o são (*i*, *e*; *u*, *ø*; estas últimas — curiosas vogais “opacas” que são raras na Europa — podem ser encontradas por exemplo no tamul, em várias línguas do Ural oriental e no rumeno); com a mesma abertura que *i* e *u*, pode-se formar vogais mediolinguais arredondadas, como no norueguês e em sueco (ɥ) ou não arredondadas, como em russo (*ɨ*). Graças à extraordinária mobilidade da língua, as possibilidades que a linguagem pode utilizar são infinitamente grandes, mas permanece o fato característico de que cada língua coloca suas próprias fronteiras no interior dessa infinidade de possibilidades.

Sendo manifestamente a mesma a situação para a expressão e seu conteúdo, convém ressaltar este paralelismo pelo uso de uma mesma terminologia para a expressão e para o conteúdo. Seria possível assim falar de um *sentido da expressão*, e nada impede de fazê-lo, embora isso seja algo contrário ao habitual. Os exemplos citados, o perfil mediano da parte superior da boca e o contínuo das vogais, são assim zonas fonéticas de sentido que se formam diferentemente nas línguas conforme suas funções específicas, e que, enquanto *substância* da expressão, ligam-se, através desse fato, à sua *forma* da expressão.

Constatamos esse fenômeno em relação ao *sistema de expressão*, mas podemos, como fizemos em relação ao conteúdo, demonstrar que o mesmo acontece com o *processo*. A formação específica do sistema de uma dada língua produz naturalmente efeitos sobre o processo, em virtude da simples coesão que existe entre o sistema e o processo. Por um lado as fronteiras internas do sistema que não coincidem de uma língua à outra; por outro lado, na cadeia, as relações possíveis entre os fonemas (certas línguas, por exemplo as da Oceânia e as africanas, não admitem grupos consonantais; outras línguas só conhecem certos grupos consonantais definidos, variáveis de uma língua para outra; a posição do acento é regida por leis diferentes conforme as línguas etc.) que fazem com que um *sentido da expressão* não assumam a mesma *forma* nas diferentes línguas o inglês

[*bə:llm*], o alemão [*berli:n*], o dinamarquês [*hæb'li'n*], o japonês [*bejulinu*] representam diversas formas de um mesmo e único sentido de expressão (o nome da cidade de Berlim). Evidentemente, é indiferente que o sentido do conteúdo seja também o mesmo, como acontece aqui. Poderíamos dizer, do mesmo modo, que a pronúncia do inglês *got*, do alemão *Gott* e do dinamarquês *godt* representam formações diferentes de um mesmo sentido de expressão. Neste exemplo, o sentido da expressão é o mesmo, mas o sentido do conteúdo é diferente, tal como em *je ne sais pas* e *I do not know* o sentido do conteúdo é o mesmo, enquanto que o sentido da expressão é diferente.

Aquele para quem o sistema de funções de uma língua dada (sua língua materna, por exemplo) é familiar forma nessa língua um sentido de conteúdo ou um sentido de expressão que ele percebeu. “Falar com um sotaque” é essencialmente formar um sentido de expressão conforme as condições funcionais sugeridas pela língua materna do elocutor.

Isto nos mostra que as duas grandezas que contraem a função semiótica, a expressão e o conteúdo, comportam-se de modo homogêneo em relação a ela: é em virtude da função semiótica, e apenas em virtude dela, que existem esses seus dois fúntivos que se pode agora designar com precisão como sendo a forma do conteúdo e a forma da expressão. Do mesmo modo, é em razão da forma do conteúdo e da forma da expressão, e apenas em razão delas, que existem a substância do conteúdo e a substância da expressão, que surgem quando se projeta a forma sobre o sentido, tal como um fio esticado projeta sua sombra sobre uma superfície contínua.

Podemos agora voltar a nosso ponto de partida, a significação mais adequada da palavra *signo*, a fim de ver claro na controvérsia que opõe a lingüística tradicional à moderna. Parece justo que um signo seja signo de alguma coisa e que essa alguma coisa resida de algum modo fora do próprio signo; é assim que a palavra *bois* (madeira, lenha, bosque) é signo de um tal objeto determinado na paisagem e, no sentido tradicional, esse objeto não faz parte do signo. Ora, esse objeto da paisagem é uma grandeza relevante da substância do conteúdo, grandeza que, por sua denominação, liga-se a uma forma do conteúdo sob a qual ela se alinha com outras grandezas da substância do conteúdo, por exemplo a matéria de que é feita uma porta. O fato de que um signo é signo de alguma coisa significa, portanto, que a forma do conteúdo de um signo pode compreender essa alguma coisa como substância do

conteúdo. Tal como antes sentíamos a necessidade de empregar a palavra *sentido* para a expressão tanto quanto para o conteúdo, também agora devemos, no desejo de esclarecer as coisas e a despeito da atitude consagrada cuja estreiteza de visão se torna evidente, inverter a orientação do signo. Dever-se-ia assim dizer que um signo é o signo de uma substância de expressão: a seqüência de sons [bwa] enquanto fato único pronunciado *hic et nunc*, é uma grandeza que pertence à substância da expressão que, em virtude apenas do signo, se liga a uma forma da expressão sob a qual é possível reunir outras grandezas de substância da expressão (outras pronúncias possíveis, por outros elocutores ou em outras ocasiões, do mesmo signo).

Por mais paradoxal que possa parecer, o signo é, portanto, ao mesmo tempo, signo de uma substância de conteúdo e de uma substância da expressão. É neste sentido que se pode dizer que o signo é signo de alguma coisa. Por outro lado, não há razão alguma para decidir que o signo é apenas o signo da substância de conteúdo ou (coisa que certamente ninguém ainda imaginou) apenas signo da substância da expressão. O signo é uma grandeza de duas faces, uma cabeça de Janus com perspectiva dos dois lados, com efeito nas duas direções: "para o exterior", na direção da substância da expressão, "para o interior", na direção da substância do conteúdo.

Toda terminologia é arbitrária e, portanto, nada pode impedir o emprego da palavra *signo* para designar mais particularmente a forma da expressão (ou mesmo, se se quiser, a substância da expressão, o que entretanto seria tão absurdo quanto inútil). Contudo, parece mais adequado utilizar a palavra signo para designar a unidade constituída pela forma do conteúdo e pela forma da expressão e estabelecida pela solidariedade que denominamos de função semiótica. Se o termo é empregado para designar apenas a expressão ou qualquer uma de suas partes, a terminologia, ainda que protegida por definições formais, corre o risco de provocar ou de favorecer, conscientemente ou não, o engano bastante difundido segundo o qual uma língua não passa de uma nomenclatura pura e simples, uma reserva de etiquetas destinadas a serem atribuídas a objetos preexistentes. Por sua natureza, a palavra signo será sempre ligada à idéia de um termo designado; é por isso que deve ser utilizada de tal maneira que a relação entre o signo e aquilo que ele designa seja posta em evidência do modo mais claro possível e não possa constituir-se em objeto de simplificações que a deformem.

A distinção entre a expressão e o conteúdo, e sua interação na função semiótica, são fundamentais na estrutura

da linguagem. Todo signo, todo sistema de signo, toda língua enfim, abriga em si uma forma da expressão e uma forma do conteúdo. É por isso que a análise do texto deve conduzir, desde seu primeiro estágio, a uma divisão nessas duas grandezas. A fim de ser exaustiva, a análise deve ser realizada de tal modo que em cada estágio a divisão se faça em partes as mais extensas possíveis, isto é, partes em menor número possível, quer seja no interior da cadeia em sua totalidade ou no interior de qualquer uma de suas seções. Se um texto compreende, por exemplo, frases e proposições, pode-se mostrar que o número das proposições é mais elevado que o de frases. Portanto, não nos devemos aventurar de início a dividir o texto em proposições, mas sim dividi-lo em frases, e a seguir passar para a divisão em proposições. Se nos ativermos a esse princípio, descobriremos que no primeiro estágio um texto é sempre divisível em duas partes; este número extremamente pequeno garante-lhe uma extensão máxima, e são a *linha da expressão* e a *linha do conteúdo* que, através da função semiótica, são solidárias uma em relação à outra. Divide-se a seguir a linha da expressão e a linha do conteúdo, tomadas separadamente, levando-se necessariamente em conta sua interação no interior dos signos. Do mesmo modo, a primeira articulação do sistema da língua levará a que se estabeleçam seus dois paradigmas mais amplos: a *face da expressão* e a *face do conteúdo*. A fim de designar por um mesmo termo de um lado a *linha da expressão* e a *face da expressão* e, do outro lado, a *linha do conteúdo* e a *face do conteúdo*, escolhemos respectivamente os termos *plano da expressão* e *plano do conteúdo* (escolhemos esses termos conforme a formulação de Saussure que citamos anteriormente: "o plano (...) das idéias (...) e (...) o (...) dos sons").

No decorrer da análise, este modo de proceder traz simultaneamente clareza e simplificação, ao mesmo tempo em que ilumina com uma luz até aqui desconhecida todo o mecanismo da língua. Partindo desse ponto de vista, será fácil organizar os domínios secundários da lingüística segundo um esquema judicioso e superar de uma vez por todas a subdivisão atual da gramática em fonética, morfologia, sintaxe, lexicografia e semântica, subdivisão pouco satisfatória, claudicante sob vários aspectos e cujos domínios em parte se sobrepõem. Uma vez realizada, a análise mostra além do mais que o plano da expressão e o do conteúdo podem ser descritos, exaustivamente e não contraditoriamente, como construídos de modo inteiramente análogo, de modo que se pode prever nos dois planos categorias definidas de modo inteiramente idêntico. Isso só fará confirmar novamente a correção da concepção segundo a qual

expressão e conteúdo são grandezas da mesma ordem, iguais sob todos os aspectos.

Os próprios termos *plano da expressão* e *plano do conteúdo* e, de modo mais geral, *expressão* e *conteúdo*, foram escolhidos conforme o uso corrente e são inteiramente arbitrários. Através de sua definição funcional é impossível sustentar que seja legítimo chamar uma dessas grandezas de *expressão* e a outra de *conteúdo*, e não o contrário. Elas só se definem como solidárias uma em relação à outra, e nem uma nem outra podem ser definidas de modo mais exato. Consideradas em separado, só é possível defini-las por oposição e de modo relativo, como fúntivos de uma mesma função que se opõem um ao outro.

14. Invariantes e Variantes

Estas considerações sobre a estrutura do signo são indispensáveis a uma elaboração mais detalhada da análise, e mais particularmente ao reconhecimento das figuras de que se compõe um signo lingüístico (cf. Cap. 12). Em cada estágio da análise é necessário inventariar as grandezas que contraem as relações homogêneas (cf. Cap. 12). A fim de atender ao princípio de empirismo (cf. Cap. 3), este registro do inventário deve ser exaustivo e o mais simples possível; é necessário atender a esta exigência em cada fase, entre outras razões porque não se pode saber antecipadamente se uma dada fase é a última. Mas esta exigência tem uma dupla importância na última fase da análise, pois aí se reconhecem as grandezas últimas que constituem a base do sistema, e a partir das quais deve-se poder demonstrar que todas as outras grandezas da língua são construídas. É importante, não apenas para a simplicidade do resultado da última operação como também para a simplicidade dos resultados de toda a análise, que essas grandezas básicas sejam em menor número possível.

Formularemos esta exigência em dois princípios: o *princípio de economia* e o *princípio de redução*, ambos deduzidos do princípio de simplicidade (cf. Cap. 6).

Princípio de economia: A descrição é feita conforme um procedimento que deve ser organizado de modo tal que o resultado seja o mais simples possível, devendo deter-se a descrição quando ela não mais conduz a uma ulterior simplificação.